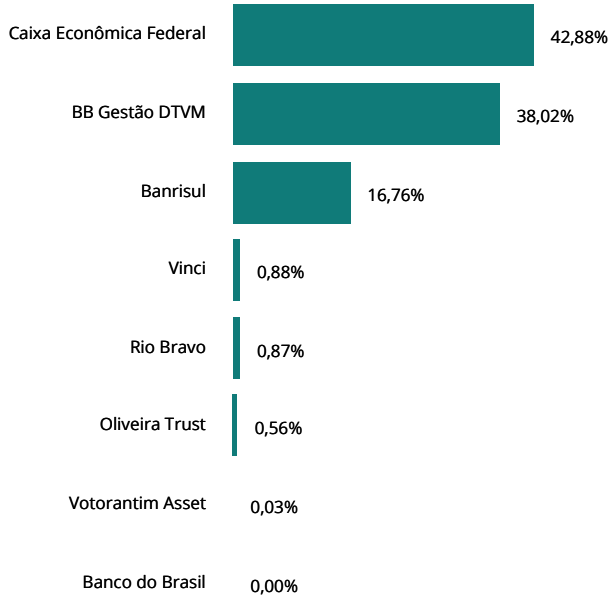
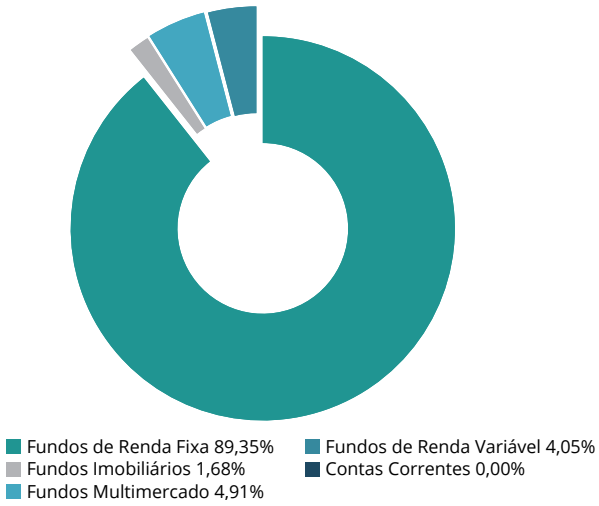
FPSM - VENÂNCIO AIRES

Os recursos do FPSM - Venâncio Aires são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



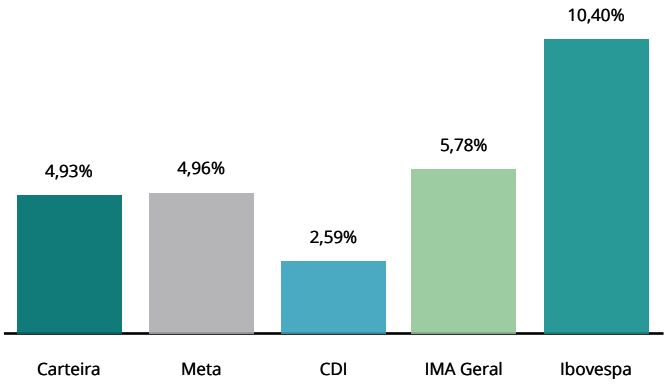
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO



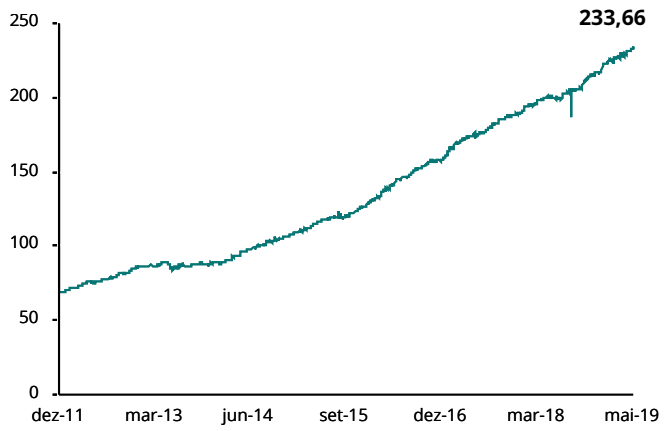
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
FPSM - Venâncio Aires	1,33%	4,93%	12,03%
META ATUARIAL INPC + 6 %	0,64%	4,96%	10,97%
CDI	0,54%	2,59%	6,34%
IMA GERAL	1,84%	5,78%	13,61%
IBOVESPA	0,70%	10,40%	25,62%

CARTEIRA X INDICADORES EM 2019



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R$ MILHÕES)



O mês de maio começou com o Banco Central mantendo a taxa de juros em 6,5%, conforme o esperado mercado. Em seu comunicado, o BC apontou que os indicadores econômicos recentes de atividade sugerem que a perda de dinamismo do ano passado seguiu-se neste início de 2019. Por outro lado, o Copom considera ainda uma possível frustração com a continuidade das reformas, além de uma eventual deterioração do cenário externo. Para o Comitê, "a decisão de manter a Selic estável reflete seu cenário básico e balanço de riscos para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante para a condução da política monetária, que inclui o ano calendário de 2019, e em maior grau, de 2020".

Também no início do mês, as manifestações de rua de centrais sindicais por conta do 1º de maio movimentaram o cenário nacional, com atos contra a reforma da previdência e a proposta de cortes acima de R$ 1 trilhão. No dia 20, foi lançada a campanha "Nova Previdência, pode perguntar", com o objetivo de buscar apoio popular para aprovar a reforma. De acordo com o planalto, a ideia é divulgar que as mudanças na Previdência vão promover justiça social e ampliar a capacidade de investimento do país. O ministro da Economia, Paulo Guedes, que participa da Comissão Especial para Análise da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, e o relator da Reforma da Previdência, Samuel Moreira, fizeram declarações de avanços na proposta. De acordo com o declarado, o relatório deve ser encaminhado na comissão especial até o dia 15 de junho. No último dia do mês, foi apresentado um texto alternativo à reforma da Previdência, pelo Partido Liberal, endossado por 180 deputados. As emendas apresentadas modificam pontos centrais da proposta do ministro da Economia Paulo Guedes. Caso seja aprovado, a economia do governo recuaria de R$ 1,2 trilhão para R$ 700 bilhões em uma década.

O Ministério da Economia anunciou, no dia 22, uma revisão da expectativa oficial de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano de 2,2% para 1,6%. Entretanto, mesmo com uma expansão econômica menor, que gera também uma estimativa mais baixa de arrecadação para este ano, a área econômica não anunciou um novo bloqueio de gastos para cumprir a meta fiscal. Isso foi possível, pois o governo resolveu utilizar uma parte da "reserva de contingência" de R$ 5,37 bilhões, existente no orçamento, para compensar a perda de arrecadação estimada para este ano. Com isso, em vez de fazer novo contingenciamento, o governo resolveu liberar gastos em R$ 1,587 bilhão para o Ministério da Educação e de R$ 56 milhões para o Ministério do Meio Ambiente. A reserva orçamentária de R$ 5,37 bilhões, diminuiu e ficou em R$ 1,562 bilhão.

O impasse na aprovação por parte do Congresso de um crédito extra de R$ 248,9 bilhões solicitado pela equipe econômica de Bolsonaro poderá deixar o governo sem condições de pagar benefícios assistencialistas, como o Bolsa Família, a partir do segundo semestre. Os parlamentares têm resistido à iniciativa, por conta do descontentamento com a articulação política. Enquanto isso, a equipe econômica pede urgência na liberação para que o governo não descumpra a regra de ouro, que impede a emissão de dívida para o pagamento de despesas correntes. Ainda, a arrecadação federal de impostos registrou alta real de 1,28% em abril, em relação a um ano antes, e chegou a R$ 139 bilhões. O resultado representa o melhor desempenho para o mês de maio em cinco anos. No acumulado do ano, a arrecadação chegou a R$ 524,371 bilhões, representando um crescimento real de 1,14% contra o mesmo período do ano anterior.

Ainda no cenário político, os deputados convocaram o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para explicar na casa o corte no orçamento da pasta. Enquanto isso, o corte no orçamento na Educação gerou a primeira manifestação contra o governo Bolsonaro no dia 15, com a paralisação das atividades em universidades e institutos federais. Manifestações contra o contingenciamento de verbas para a Educação ocorreram também no dia 30, em cerca de 100 cidades, em 25 Estados e no Distrito Federal. Os atos foram convocados por entidades estudantis e reuniram menos manifestantes em comparação às manifestações anteriores, quando haviam sidos organizados por sindicatos de professores. No dia 26 foi a vez das manifestações em apoio ao governo motivadas, principalmente, pela defesa das reformas propostas.

Sobre a reforma administrativa, a Câmara aprovou a redução de 29 para 22 ministérios proposta pelo presidente Jair Bolsonaro, o texto da reforma administrativa foi aprovado pelo Senado na noite do dia 28. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) acabou ficando sob a alçada do Ministério da Economia e não com a Justiça. O porta-voz da Presidência da República afirmou que novas tratativas em torno do futuro do Coaf podem vir a ser discutidas. Apesar de possíveis questionamentos jurídicos, fontes da Casa Civil afirma que há a possibilidade de que seja editado um decreto para tratar do tema. Já sobre a reforma tributária, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a admissibilidade da proposta de reforma tributária, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Os deputados decidiram referendar, em votação simbólica, parecer do deputado João Roma (PRB-BA), que recomendava a aprovação da matéria. Agora a proposta de emenda constitucional (PEC) seguirá para análise de uma comissão especial sobre o assunto.

Ainda, o presidente Jair Bolsonaro recebeu, no dia 29, chefes dos outros poderes para avançar na construção de um pacto de cooperação pela aprovação de propostas consideradas prioritárias pelo governo federal, entre elas, a reforma da previdência. Segundo o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, um documento com esse teor deve ser assinado na

semana de 10 de junho. Além de Bolsonaro e Onyx, estavam presentes os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, do Senado, Davi Alcolumbre, e do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli. Participaram também os ministros Paulo Guedes (Economia) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República). O texto prevê o compromisso dos três poderes com a análise das reformas da previdência e tributária; a revisão do pacto federativo; o aprimoramento de uma política nacional e de segurança pública; e a desburocratização da administração pública.

Com relação a indicadores econômicos, a economia brasileira recuou 0,2% nos três primeiros meses de 2019, em relação ao último trimestre do ano anterior. Foi o primeiro resultado negativo nessa comparação desde o quarto trimestre de 2016. Perante o mesmo período de 2018, o PIB teve crescimento de 0,5%.

Em março de 2019, a produção industrial nacional mostrou recuo de 1,3% frente ao mês imediatamente anterior (0,6%) e pior que as expectativas de mercado (-0,7%). No confronto com igual mês do ano anterior, o total da indústria apresentou redução de 6,1% no período, marcando a queda mais acentuada desde maio de 2018 (-6,3%). Assim, nos três primeiros meses de 2019 o setor industrial acumulou redução de 2,2%. Por fim, na passagem de fevereiro para março, 16 dos 26 ramos pesquisados mostraram redução na produção. O principal destaque foi a queda de 4,9% nos produtos alimentícios.

As vendas do comércio varejista mostraram variação de 0,3% em março frente ao mês imediatamente anterior, quando as vendas apresentaram estabilidade (0,0%). Já na comparação com o mesmo mês de 2018, o indicador sofreu recuo de 4,5%, variação negativa mais acentuada desde dezembro de 2016 (-4,9%). Ambos os resultados vieram pior do que as expectativas de mercado que eram de 0,8% na comparação mensal e -2,5% na comparação anual.

O volume de serviços registrou queda de 0,7% em março em comparação com o mês imediatamente anterior, e queda de 2,3% em comparação com março de 2018. Assim, na variação acumulada do ano, o indicador registrou crescimento de 1,1% enquanto em 12 meses a variação acumulada é de 0,6%. A queda de 0,7% do volume de serviços em março, na comparação com fevereiro, foi acompanhada por três das cinco atividades, com destaque para a pressão negativa de serviços de informação e comunicação (-1,7%). Houve variações negativas também em serviços profissionais, administrativos e complementares (-0,1%) e outros serviços (-0,2%). Já os transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (0,5%) e os serviços prestados às famílias (1,4%) ficaram positivos.

O índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), teve contração de 0,28% em março na comparação com o mês anterior e encerrou o primeiro trimestre com contração de 0,68%.

Em relação a índices de preço, o IGP-10 subiu 0,70% em maio ficando abaixo da expectativa de mercado (0,72%). Parte relevante da desaceleração ficou por conta dos preços ao produtor (IPA), que passaram de 1,19% em abril para 0,84% em maio. Já o índice de preços ao consumidor (IPC) desacelerou para 0,47% em maio, após ter apresentado alta de 0,73% no mês anterior. Por fim, o INCC, que mede os preços da construção civil, registrou variação de 0,31% em maio ante alta de 0,35% em abril. Com isso, a variação acumulada do IGP-10 no ano está em 3,27%, e em 12 meses está em 8,02%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) mostrou variação de 0,35%, acima da taxa de 0,72% registrada em abril, mas abaixo da taxa de 0,40% esperada pelo mercado. A variação de 0,35% é a maior para um mês de maio desde 2016, quando o índice foi de 0,86%. No ano, o IPCA-15 acumula alta de 2,27% e, em 12 meses, de 4,93%. Em maio de 2018, a taxa foi de 0,14%.

O Índice de Confiança da Indústria, calculado pela FGV, recuou 0,7 ponto, para 97,2 pontos, ficando abaixo do registrado no final do mês anterior (97,9). Ainda, no período a confiança caiu em 10 dos 19 segmentos industriais pesquisados. O Índice da Situação Atual (ISA) permaneceu estável em 98,5 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE) caiu 1,5 ponto, para 95,9 pontos.

Em relação ao emprego do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados na sexta-feira (24), mostram que, em abril, o mercado de trabalho brasileiro criou 129.601 empregos com carteira assinada, registrando o melhor resultado para o mês desde 2013. O resultado do mês ficou acima da mediana das estimativas de analistas do mercado, que projetavam a abertura de 78.000 postos. No acumulado de janeiro a abril, o saldo do Caged é positivo em 313.835 vagas. A taxa de desemprego nacional ficou em 12,5% no trimestre móvel encerrado em abril, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em linha com o esperado pelo mercado.

No cenário internacional, o mês foi marcado por um aumento da tensão entre China e EUA. Os Estados Unidos elevaram as alíquotas de importação de 10% para 25% sobre US$ 200 bilhões em bens produzidos na China mesmo após reunião do vice-primeiro-ministro chinês Liu He com autoridades americanas em Washington. Dias depois foi declarada

uma ordem executiva impedindo que empresas consideras uma ameaça à segurança nacional vendam equipamentos para o país, como foi o caso da chinesa Huawei. O mês terminou com as tensões altas, com a China ameaçando barrar a venda de terras raras aos EUA. Terras raras são um grupo de 17 elementos químicos com várias aplicações, desde eletrônicos de alta tecnologia até equipamentos militares. A china tem a maior capacidade de processamento de terras raras do mundo e, entre 2014 e 2017 forneceu 80% da quantidade importada pelos EUA.

Nos Estados Unidos, o índice de preços ao produtor (PPI) teve alta mensal de 0,2% em abril, abaixo da expectativa de mercado (0,3%). No mês de abril, as vendas no varejo recuaram 0,2% sobre o mês anterior, quando o indicador apresentou uma alta de 1,7%. Já a produção industrial desacelerou mais do que o esperado, caindo 0,5% em abril sobre o mês anterior, após elevação de 0,2% em março. Ainda, os novos pedidos de seguro desemprego somaram 212 mil na semana encerrada dia 11 de maio, abaixo da expectativa de mercado (220 mil) e do registrado na semana anterior (228 mil). Ainda, o PIB real dos Estados Unidos aumentou 3,1% no 1T19, de acordo com a segunda estimativa divulgada pelo departamento de comércio do país. Trump anunciou no dia 30 que o país irá impor uma tarifa de 5% sobre todos os bens importados do México até que o fluxo migratório ilegal de imigrantes cesse. As tarifas, porém, poderão subir 5 pontos percentuais, por mês, se a "crise" de imigração ilegal persistir, podendo chegar a 25% em outubro.

Sobre a China, a inflação ao produtor acelerou em abril no ritmo mais rápido em quatro meses, impulsionado pelos preços mais altos das commotidies. O índice subiu 0,9% no mês sobre o mesmo mês do ano anterior, enquanto em março o avanço havia sido de 0,4%. As vendas no varejo no país subiram 7,2% sobre o ano anterior, ritmo mais lento desde maio de 2003. O resultado ficou abaixo da taxa de 8,7% em março, e da expectativa de mercado de 8,6%. O crescimento do investimento em ativos fixos desacelerou a 6,1% nos quatro primeiros meses do ano, contra a expectativa de ligeiro aumento para 6,4%. Os dados sugerem que Pequim deve adotar mais estímulos conforme a guerra comercial com os Estados Unidos se intensifique.

O índice de atividade composto da Zona do Euro (PMI), que inclui os setores de manufatura e de serviços, mostrou-se levemente acima do esperado pelo mercado no mês de abril. O indicador fechou o mês em 51,5 pontos, enquanto o esperado era que ele continuasse no patamar indicado pela prévia (51,3). A elevação se deu por revisão positiva na leitura final do setor de serviços, que passou de 52,5 (prévia) para 52,8 pontos (final). Em ambos os casos o índice se encontra cima da marca de 50 pontos, que indica expansão da atividade. Ainda na Zona do Euro, as vendas no varejo de março ficaram estáveis no mês, ante alta de 0,4% no mês anterior e levemente acima da expectativa de mercado (-0,1%).

A produção industrial na zona do euro caiu 0,3%, após recuo de 0,1% um mês antes, e em linha com a expectativa de mercado (-0,3%). Na União Europeia, a queda foi de 0,1% em março de 2019, após estabilidade em fevereiro. Em comparação com um ano antes, a produção industrial cedeu 0,6% na zona do euro e avançou 0,4% na União Europeia. A economia da zona do euro cresceu 0,4% entre janeiro e março. Na União Europeia o crescimento foi de 0,5% no primeiro trimestre de 2019, seguindo expansão de 0,3% nos meses antecedentes.

As projeções oficiais das eleições do parlamento europeu, encerradas ontem, indicam que os partidos comprometidos com o fortalecimento da União Europeia mantiveram dois terços dos assentos no parlamento. Se as estimativas se confirmarem será o fim do domínio da coalização de centro-esquerda e centro-direita, que prevalecia desde 1979. Em seu lugar, será observado um bloco pró-EU, mais dividido, que incluirá até 4 partidos

No Reino Unido, Theresa May anunciou sua renúncia ao cargo de líder do Reino Unido em 7 de junho. May tentou, por três ocasiões, mas os legisladores se recusaram a votar favoravelmente ao acordo do Brexit, gerando conflitos à sua liderança dentro do próprio partido.

No cenário global, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) informou que reduziu sua projeção de crescimento global neste ano de 3,3% para 3,2%, diante da incerteza no comércio com as tensões comerciais. No caso do Brasil, a OCDE espera crescimento de 1,4% em 2019 e de 2,3% em 2020.